

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.026 - AM (2019/0125424-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BDS CONFECÇÕES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360**  
**PAULO LUIZ MARCONI JUNIOR - SP270278**  
**CLARISSA GIORDANA REIS CORADO - AM013836**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : MAURO PAULO GALERA MARI - AM000877A**  
**RHAMAEL THEODORUS YOHANNES OLIVEIRA SHILVA**  
**GOMES VILLAR - MT0191430**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BDS CONFECÇÕES LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO RECUPERAÇÃO JUDICIAL VALOR DA CAUSA E DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS MATÉRIA NÃO ELENCADE NO ROL TAXATIVO DO ART 1015 DO CPC/2015 SUSPENSÃO DAS AÇÕES CONTRA EMPRESA POSSIBILIDADE SÓCIOS COM RESPONSABILIDADE ILIMITADA E SOLIDÁRIA RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NO MÉRITO DA PARTE CONHECIDA DOU PROVIMENTO.

- Após a entrada em vigor da Lei n.º 13.105/2015, as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento foram limitadas às previstas no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015, pelo que não é possível conhecer do recurso, no que respeita ao valor atribuído à causa ou quanto ao diferimento do pagamento das custas iniciais.

- A suspensão das ações de execução contra empresa em regime de recuperação judicial não se estende aos seus acionistas ou cotistas, a menos que sejam sócios com responsabilidade ilimitada e solidária aqueles que respondem com seu patrimônio pessoal pelo pagamento das dívidas da sociedade.

- Recurso parcialmente conhecido e, no mérito da parte conhecida, dou provimento.

Quanto às controvérsias, apresentadas pelas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alega violação do art. 47 da Lei n. 11.101/05, afirmando que:

Se a finalidade da concessão do almejado beneplácito legal é permitir

o soerguimento da empresa em crise, organizando-se o seu quadro de credores através de um cronograma possível de ser realizado, torna-se completamente incoerente permitir que um número restrito de credores possuam privilégios em relação aos demais, através do prosseguimento de execuções em face dos sócios garantidores da empresa durante o stay period. (fl. 185).

Inobstante a clara negativa de vigência ao artigo 47 da Lei nº 11.101/05, é certo que o V. Acórdão recorrido diverge por completo da posição já consolidada desta Corte Especial no que se refere a possibilidade de extensão aos sócios da proteção prevista no caput do artigo 60 da mencionada Legislação Falimentar (fl. 189).

É o relatório. Decido.

Quanto a controvérsia apresentada pela alínea *a*, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja, o de que "o sócio que se tornou avalista da empresa pode ser cobrado independentemente da recuperação judicial, pois o aval tem natureza autônoma" (fl. 128).

Nesse sentido: "A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'" (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

No que concerne ao recurso apresentado pela alínea *c* do permissivo constitucional, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: "Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o

cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente